



33(2): 63-82
jul/dez 2008

Juventude: trabalho, escola e desigualdade

Vicente de Paula Faleiros

RESUMO – Juventude: trabalho, escola e desigualdade. No sistema capitalista globalizado a contradição entre a redução de postos de trabalho e maior exigência de qualificação de mão de obra se expressa, de forma significativa, na situação particular da juventude brasileira no início do século XXI. Acentua-se a exigência por escolaridade para inserção de jovens no mercado de trabalho, enquanto que a escola não tem dado respostas a esta demanda. Por outro lado, a demanda por sobrevivência leva os jovens mais pobres a buscarem emprego para enfrentar as desigualdades sociais, provocando-se um círculo vicioso entre a maior demanda por escolaridade e a necessidade de se ter um trabalho mais cedo. O resultado dessa pesquisa mostra que se torna praticamente inconciliável, para grande parte dos jovens, a relação entre trabalho e escola. Analisamos as mais recentes estatísticas do IBGE e do Dieese

Palavras-Chave: **Juventude. Trabalho. Escola. Desigualdade.**

ABSTRACT – Youth: work, school, and inequality. This article presupposes that the own contradiction of the globalized capitalist system between the reduction of job posts and the demand of workmanship qualification is expressed significantly in the particular situation of the Brazilian youth in the beginning of the twentieth one century. In the capitalism current conjuncture, the claim for scholarship is stressed to insert in the work market, while the school has not have given results to itself and the demand for the survival leads the poorest young people to search for a job to face the social income inequalities, provoking a vicious circle between the greatest scholarship demand and the necessity of having an earlier job, becoming practically irreconcilable, for most of the youth, the relationship between work and school. The most recent IBGE and Dieese statistics were analyzed.

Keywords: **Youth. Work. School. Inequality.**

A Relação Escola/Trabalho Numa Sociedade Desigual

O objetivo deste texto é discutir a questão dos capitais “escola e trabalho” de que a juventude pode dispor na realidade brasileira, marcada pela desigualdade social estruturada e estruturante da sociedade. O método escolhido para aprofundar essa relação foi a análise dos dados disponíveis em banco de dados qualificados como o IBGE e o Dieese sobre a situação dos jovens entre 15 e 24 anos no enfrentamento da necessidade de trabalhar para sobreviver e de estudar para trabalhar. Esta é a questão chave deste trabalho e que vem a ser ressaltada nos dados secundários escolhidos. Nossa pergunta é: há conciliação possível entre as exigências por escolaridade em um mercado precarizado e a premência pela sobrevivência num trabalho desqualificado?

A questão dos capitais da juventude foi colocada sob o ângulo do capital social (Baquero, 2004), com ênfase na confiabilidade e na participação dos jovens. Nosso estudo põe em relevo a relação escola/trabalho como capitais ou dispositivos inscritos nas relações sociais, na perspectiva de Bourdieu (1992). Para esse autor o “espaço social” se constitui basicamente pela distribuição dos agentes sociais conforme o volume de seus capitais econômicos e culturais, mas articulados ao capital escolar, ou qualificação, e a capitais simbólicos que podem ser mais ou menos eficientes em um determinado campo. O próprio Bourdieu (1998/2002) assinala que a noção de juventude é um produto das relações sociais que atribuem significados e poderes diferentes a velhos e jovens numa determinada correlação de forças. Vamos levar em conta o conceito de juventude construído socialmente como faixa etária de 15 a 24 anos.

No contexto atual do capitalismo consumista que valoriza o descartável, a velocidade e a compleição física, a juventude pode ser considerada simbolicamente um capital, pois é vista como um símbolo de competição e com potencialidade para desenvolver-se. O capital da idade, no entanto, só se desenvolve nas condições dadas na dinâmica histórico-estrutural.

Hoje, a questão do trabalho para os jovens faz parte da agenda pública de forma muito mais contundente, na mesma dimensão em que a escola foi prioridade no final do século XX, principalmente no Plano Decenal da Educação. Tanto a OIT (2007) como o Governo Brasileiro (Novaes et al., 2006) colocam a questão do trabalho dos jovens na agenda de suas preocupações. A I Conferência Nacional da Juventude, realizada em abril de 2008, teve o trabalho do jovem como um dos temas relevantes.

A OIT (2007), no texto “Trabalho Decente e Juventude na América Latina”, destaca que a temática do emprego dos jovens é uma prioridade da Agenda Hemisférica para a promoção do trabalho decente, na busca do desenvolvimento socioeconômico com equidade. Salienta que um dos problemas mais graves é o dos jovens que não estudam e nem trabalham. Na América Latina, segundo a OIT (2007) existiam, em 2005, 31 milhões de jovens em atividades precárias e 22 milhões que não estudavam nem trabalhavam.

Essa questão, no entanto, não se reduz à dinâmica de uma trajetória individual, mas se vincula à dinâmica social, desigualmente estruturada. Assim, existe uma distância entre o que os jovens pensam ser e o que conseguem ser nessa sociedade. É esse o *enjeu* que estrutura a própria realidade do ser jovem na sociedade contemporânea.

A questão do trabalho é muitas vezes colocada como “crise do trabalho”, que alguns chamam de “fim do trabalho” (De Toni, 2006; Oliveira; Mattoso, 1996). Trata-se, sobretudo, de mudanças na forma de produção capitalista, com ênfase na produtividade, na terceirização, na robotização e em novas formas de gestão por resultado e tempo, que aumentam as distâncias entre ricos e pobres (Duménil; Levy, 2004).

Em realidade, estamos vivendo numa sociedade caracterizada como sendo de incertezas e riscos (Beck, 2000). Não se trata somente de riscos inerentes ao trabalho, mas de riscos da barbárie da exploração e das guerras, de riscos da falta de cobertura para as novas condições de desemprego e de redução da proteção social, com a implantação do chamado Estado Mínimo, que prioriza o mercado e reduz direitos conquistados e estabelecidos. Nesse contexto, resta à juventude a perspectiva da “viração”, do trabalho informal, e forma ainda mais contundente que para as gerações anteriores como forma de conseguir espaços de sobrevivência.

O pressuposto fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola, trabalho e sociedade é de que as condições e trajetórias do jovem se articulam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais. Para entender escola e trabalho como capitais, assumimos a definição dada por Pierre Bourdieu (1992), que considera que os capitais se dispõem em um campo estratégico de relações numa certa estrutura objetiva de chances, que implica as mediações e as práticas dos sujeitos. Para Bourdieu (1992), o capital é um trunfo que depende das relações em jogo num campo em que variam as hierarquias dos diferentes tipos de capital. Assim o capital depende da eficiência de um trunfo num campo determinado, ao mesmo tempo como arma e como jogada, o que permite ao seu detentor exercer um poder, uma influência, ou seja, *existir* em um campo determinado, ao invés de ser uma simples e desprezível quantidade. Nessa perspectiva, a juventude dispõe de capitais mais ou menos eficientes, conforme o campo em que se situa na estrutura desigual dos capitais em jogo, levando-se em conta a estrutura de classes, as desigualdades de raça, de renda, de moradia, de educação, de emprego e de acesso aos bens culturais e simbólicos.

As trajetórias individuais, no entanto, são heterogêneas e, ao mesmo tempo, homogeneizadas pelos dispositivos e capitais disponíveis, praticamente acionados. No contexto hegemônico do capitalismo neoliberal, a juventude tem que se colocar diante de questões complexas (*enjeux*): trabalhar e/ou estudar, morar na casa dos pais ou ter a sua própria casa, entrar numa gangue ou num grupo religioso, morar junto com alguém ou morar só, estar empre-

gado ou autônomo, migrar ou ficar no território conhecido, definir sua vida profissional entre várias carreiras. Esses dilemas são próprios da juventude, mas condicionados pelos campos, dispositivos e disposições das forças em presença, pois as possibilidades e oportunidades não estão abertas igualmente a todas e todos. A desigualdade de capitais de origem ou de partida não oferece as mesmas chances aos jovens. Assemelha-se a uma corrida com barreiras, na qual se manifestam de forma marcante, além da desigualdade de capital e renda, as condições de etnia, cor, gênero e território. A desigualdade social que se expressa não somente pela desigualdade de renda, como também pela desigualdade de raça, gênero e território, faz com que existam no Brasil várias juventudes, como chamam a atenção Abramo e Branco (2005), ao afirmar que é importante distinguir “condição juvenil e situações juvenis”.

Essa condição de desigualdade se estrutura ao longo da vida, desde a infância. Segundo dados do UNICEF (2004), referentes a crianças e adolescentes brasileiras, aqueles que têm mães com baixa escolaridade, comparados com os que têm mães com alta escolaridade, se destacam pela presença de grande iniquidade: têm 4 vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 7 vezes mais possibilidade de ser pobres; 11 vezes mais possibilidade de não freqüentar escola (7 a 14 anos); 16 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 23 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizado.

As crianças e adolescentes pobres (1º quinto de renda familiar per capita) *comparativamente aos ricos* (5º quinto) têm duas vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 3 vezes mais de possibilidade de morrer antes de completar 5 anos de idade; 8 vezes mais de não freqüentar a escola (7 a 14 anos); 21 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12 a 17 anos); 30 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 68 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem geladeira ou freezer. Os negros têm 2 vezes mais possibilidades de ser pobres, de não freqüentar a escola (7 a 14 anos) e 3 vezes mais a possibilidade de não ser alfabetizados.

A escolaridade

A escolaridade é fundamental não só como capital de inclusão mas como capital político para a democratização e desenvolvimento, no sentido mais amplo, pois implica o acesso ao conhecimento, a condições de participação social e política e a melhores salários. No documento da OIT (2007) a juventude latino-americana aparece com melhores condições de educação de que seus antepassados, mas com enormes desafios para integrar-se no mundo do trabalho.

Aos 14 anos de idade, segundo o IBGE (2006), a média de estudos de pessoas de 10 anos ou mais de idade nas regiões metropolitanas era de 5,7 anos; aos 17 anos de 7,8; e dos 20 aos 24 anos de 8,9, mudando em 36% entre essas duas idades, mas entre 17 e 20/24 anos só se altera em 14%,

configurando uma “saída” da escola para o mundo do trabalho ou para a busca de trabalho. No conjunto do Brasil em 2005, a taxa de frequência bruta nas escolas era de 81,7% dos 15 aos 17 anos e se reduzia para 31,6% na faixa dos 18 aos 24 anos (IBGE, 2006). É interessante notar que essa redução é maior no Sul e no Sudeste onde a taxa de frequência bruta era de 30%. Na zona rural caía para 25,5%. A taxa de frequência bruta no ensino médio era de 85,6% na rede pública e de 14,3% na rede particular, invertendo-se no ensino superior, que passava a ser de 75,3%, na rede particular, e de 24,7%, na rede pública.

Apenas 12% de jovens de cada corte, ou grupo etário comum, têm acesso ao ensino superior, o que pode ter aumentado com o programa PROUNI de concessão de bolsas a jovens pobres para estudo em universidades privadas, no governo Lula. Em 2006 estavam previstas em torno de 90 mil vagas nesse programa. A estratégia de vários países tem sido a de prolongar a escolaridade diante da crise do trabalho. No Brasil entretanto, ainda tem predominado a exclusão da escolaridade pela busca de trabalho.

Ao mesmo tempo, a escolaridade é diferente segundo a renda das famílias. Em 2005 (IBGE, 2006), no ensino público de nível médio, havia apenas 16,4% de jovens provenientes dos 20% mais pobres e 1,9% no ensino superior. Dentre os 20% mais ricos havia 55,1% no ensino superior e 10,8% no ensino médio. Na rede particular havia 1,7% dos mais pobres e 59,9% dos mais ricos no ensino médio, e 1% dos mais pobres e 65,9% dos mais ricos no ensino superior. Na rede pública do ensino médio havia 7.131.000 estudantes, e na rede privada 1.177.112. No ensino superior havia 1.278.275 estudantes na rede pública e 3.665.361 no ensino privado.

Uma porcentagem de 16% dos jovens que terminam o ensino fundamental deixa de entrar no ensino médio, mas apenas 47% o fazem antes dos 17 anos, havendo assim um atraso no ingresso no ensino médio. Em 2002, 40% dos jovens matriculados nesse ciclo encontravam-se em idade acima da adequada para essa faixa de ensino. Aproximadamente 70% dos que ingressam no ensino médio o terminam, mas segundo o IPEA (2005) haveria necessidade de mais de 30 anos para que a porcentagem de jovens brasileiros com idade de 21 e 24 anos que completam o ensino médio atinja um patamar de 75% .

No Brasil a distorção série/idade é expressiva, inclusive na juventude, pois dos estudantes de 18 a 24 anos, ainda 14,4% freqüentavam o ensino fundamental e 35,9 % freqüentavam o ensino superior, sendo que 37,3 % freqüentavam o ensino médio. Na oitava série havia 36,4% dos estudantes com idade superior à recomendada para cada série em até dois anos.

A desigualdade de raça agrava ainda mais a desigualdade social na relação escolaridade trabalho. Segundo dados da PNAD 2005 (Bento; Beghin, 2005) o Brasil contava com 11.5 milhões de jovens negros na faixa etária de 18 a 24 anos, com uma taxa de analfabetismo de 5,8%, bem acima do 1,9% constatado na população branca da mesma faixa etária. Em média, os jovens negros têm dois anos a menos de estudo que os jovens brancos, sendo de 7,5 para negros e de 9,4 anos para os brancos. O próprio sistema escolar não é capaz

de reduzir as desigualdades raciais, pois as crianças brancas matriculadas no ensino fundamental (7-14 anos) atingem 95% e para os negros essa proporção fica em 92,7%. Os dados de 2005 mostram que somente 4,4% dos jovens negros estavam matriculados nas universidades, enquanto que essa proporção era de 16,6 % para brancos.

Dados do Inep – Instituto de Estudos Educacionais, publicados em 28 de julho de 2006 (Ver Folha de São Paulo, 28/06/2006, p. C1) mostram que de um total 9,0 milhões de matrículas no ensino médio, 7,9 milhões estão na escola pública sendo que se declararam pretos 11,2% dos estudantes da escola pública e 4,6% da escola particular, e pardos 46,1% e 25,8% respectivamente, o que demonstra a predominância de brancos no ensino particular. Os negros também apresentam maior distorção entre série e idade, pois enquanto 32% dos jovens brancos de dezessete anos estavam na série adequada, os negros representavam 13%.

Comparado com outros países o Brasil se encontra em situação de desvantagem, pois embora a escolaridade média venha aumentando, sua velocidade não atinge a de outros países. No Chile a escolaridade média é de 10,3 anos. Assim, levar-se-ia 15 anos para alcançar o Chile. Com dados de 2000, pode-se observar que a porcentagem de jovens de 21 a 24 anos com alguma educação superior só alcançaria 30% em 2019, como no Chile do ano 2000 (Rezende; Tafner, 2005).

O Mundo do Trabalho, do Desemprego e da Pobreza

O texto da OIT (2007) assinala que, no Brasil, os jovens de 15 a 24 anos representam 26% do total da população em idade de trabalhar. Concentram 31% do total de anos de educação e 41% dos usuários de internet em nível nacional. No entanto, essa geração de jovens somente recebe 10% dos rendimentos pessoais, o que significa que a remuneração do trabalho dos jovens é inferior à do conjunto dos trabalhadores, com empregos precários.

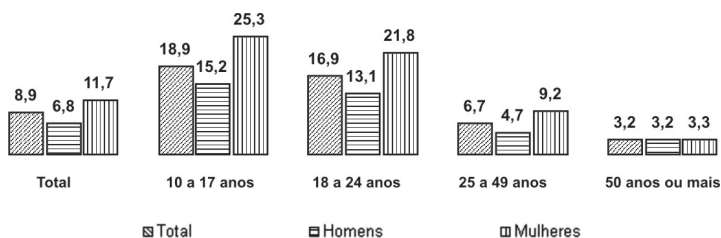
De fato, as mudanças no mundo do trabalho afetam profundamente a juventude, pois não só geram desemprego, como exigem uma qualificação e uma escolaridade maiores, que repercutem no chamado apagão de mão de obra. Constatou-se a falta de mão de obra qualificada no Brasil, embora a qualidade dos postos de trabalho seja inferior àquelas existentes na Europa (Barros et al., 2007).

A produtividade é a questão-chave do mundo do trabalho contemporâneo e a escolaridade está associada a ela. A chamada crise do trabalho resulta do aumento significativo da produtividade e faz com que a questão da relação entre trabalho e escolaridade seja realmente crucial ou decisiva. A crise se configura também pela precariedade do trabalho.

Pesquisa do Dieese (DIEESE, 2006), com dados de 2005, mostra que nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São

Paulo havia 25% de jovens de 16 a 24 anos na população economicamente ativa com taxas de desemprego de 26,3% em Porto Alegre (mínimo) e de 41,4% em Salvador (máximo). Esses dados revelam uma contradição entre a pressão dos jovens por obter empregos e a falta de oportunidades de emprego, expressa pela taxa de desemprego. Essa constatação se confirma com os dados da taxa de desocupação dos jovens, do IBGE, no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Taxa de desocupação, por grupos de idades e sexo.
Brasil - 2004**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004

As condições precárias se manifestam ainda mais acentuadamente entre os negros, pois segundo Bento e Beghin (2005), num grupo de dez jovens negros de 18 a 24 anos, quatro encontravam-se desempregados, enquanto que para os brancos a proporção era de um para seis. Os empregos para os brancos são mais estáveis, pois 50% tinham carteira assinada ou trabalhavam como funcionários públicos enquanto que entre os negros a proporção era de um terço. A renda percebida pelos negros era equivalente a 63% daquela recebida pelos brancos.

O Dieese (2006), por sua vez, assinala que a inatividade dos jovens talvez possa manifestar uma preocupação com a escolaridade, combinada com o desalento na busca de emprego. Esse desalento pode significar uma perda de confiança na própria sociedade. No entanto, existe uma diferença entre as faixas etárias, pois o desemprego é maior no segmento dos 16 e 17 anos.

A taxa de atividade era de 41,7% na faixa etária de 15 a 17 anos, em 2005, mas passava para 75,7% na faixa etária de 18 a 24 anos. Por sua vez, a taxa de desocupação na semana de referência era de 20,8% na faixa etária de 10 a 17 anos e de 17,8% na faixa etária dos 18 aos 24 anos, enquanto que era de 9,3% no conjunto da população.

Não são somente as questões de cor que afetam a escolaridade dos jovens, mas também a questão da pobreza. Dados de 2006 (IBGE, 2007) mostram que dentre os 20% mais pobres 72% frequentam a escola e dentre os 20% mais ricos essa proporção sobe para 93%. Dentre os jovens de 18 a 24 do quartil mais pobre 24,6% frequentam a escola por oposição a 51,5% do quartil mais rico.

Esse contraste é mais acentuado no Sudeste onde apenas 14,7% dos jovens do quartil mais pobre frequentam a escola em contraste com 56,8% dos mais ricos.

Conforme a mesma fonte, na faixa etária de 18 e 19 anos 50,6% trabalham. No entanto, 30,6% somente trabalham e 20,0% apenas trabalham e estudam. Constatase que 27% só estudam e 17,2% se dedicam a afazeres domésticos.

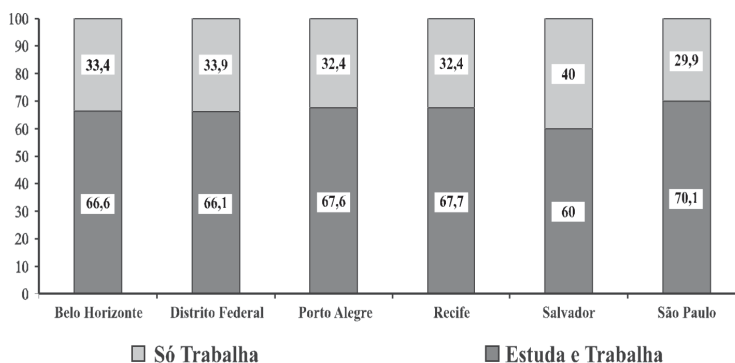
Culturalmente, o trabalho doméstico cabe mais às mulheres, cuja proporção é de 27,6%, e a dos homens é de 6,8%. No entanto há maior proporção de moças que de rapazes que só estudam, sendo de 30% e de 24% respectivamente. Verifica-se também que há uma diferença entre a porcentagem de quem só estuda conforme a faixa etária: de 16 a 17 anos são 54,8%; entre 18 e 19 anos 27% (a metade); na faixa de 20 a 24 anos apenas 10,8% só estudam. Proporcionalmente à faixa etária aumenta a porcentagem daqueles que só trabalham e diminui a porcentagem dos que trabalham e estudam. Na Tabela 1, apresentamos os dados de 2006, coletados pelo IBGE.

Tabela 1 – Distribuição percentual de jovens por grupos de idade por condição de atividade na semana de referência – Brasil - 2006

Idade	Total	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida dos afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
16 e 17	6.979.000	54,8	23,5	9,6	9,1	2,9
18 e 19	7.010.000	27,0	20,0	30,6	17,2	5,2
20 a 24	17.275.000	10,8	14,7	49,7	20,3	4,5

No Gráfico 2, os dados do Dieese também confirmam que, dos jovens das regiões metropolitanas, a grande maioria somente trabalha.

Gráfico 2 - Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos ocupados segundo situação de trabalho e estudo. – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005. (em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

O objetivo do Gráfico 3 é o de assinalar uma tendência da transição do mundo da escola para o mundo do trabalho, na faixa etária do fim da adolescência, talvez configurando uma passagem da escola para o mundo do trabalho ou dos afazeres domésticos. Consta-se também uma pequena porcentagem de jovens que não realizam nenhuma atividade (média de 4,2% de 16 a 24 anos).

Gráfico 3 – Distribuição acumulada da população com 35 anos que trabalhou na última semana segundo a idade de entrada no mercado de trabalho, 2003.



Fonte: Estimativas com base na PNAD (2003), apud Rezende; Tafner, 2005.

No Brasil a entrada no mercado de trabalho ocorre muito cedo, alguns começando a trabalhar aos cinco anos de idade. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil vem reduzindo a taxa de trabalho na infância. Em 2004 havia, conforme dados do IBGE, 2,7 milhões de crianças trabalhando, sendo que em 2005 esse número aumentou para 2,9 milhões em razão da crise na agricultura (Oliveira, 2007). Em 2006 retroagiu-se ao número de 2007.

Apesar do aumento da escolaridade, a desigualdade de grupos de jovens faz com que se possa sustentar a existência de uma permanência da reprodução social das condições, mais do que um processo de mobilidade e de mudança que venha a existir. As mudanças de situação dos filhos em relação à situação dos pais estão condicionadas pela dinâmica dos capitais e ao mesmo tempo por sua estruturação. Uma referência a esse processo pode ser vista na comparação entre a origem dos pais e o destino dos filhos para os distintos grupos sociais. Observa-se que em 1973 as chances de filhos de profissionais liberais e de administradores de alto nível permanecerem nessas posições era 2.600 vezes maior do que as dos filhos de trabalhadores rurais alcançá-las.

Essa vantagem dos primeiros caiu para 500 vezes em 1996, com melhoria mais significativa para as mulheres, verificando-se um valor de 300 vezes mais para os filhos de profissionais liberais e administradores. O coeficiente beta, de associação entre classe de origem e classe de destino revela, no Brasil, a falta de mobilidade é maior que em países como Chile, Suécia, França e Escócia. (Rezende; Tafner, 2005, p. 90, utilizando-se de várias fontes). O coeficiente de Gini tem se mantido constante em torno de 0,60 no Brasil, que é “o penúltimo colocado numa relação de 130 países, superado apenas por Serra Leoa com índice de 0,62” (IPEA, Radar Social, 2005, p. 60).

Em nota divulgada em nove de outubro de 2008 (IBGE, 2008), apesar de uma queda no Coeficiente de Gini de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, a desigualdade social permanece forte. Dados da PNAD de 2006 (IBGE, 2007) mostram que o quinto superior da população detinha 60,6% da renda mensal familiar per capita e o quinto inferior apenas 3,0%. Entre 2001 e 2005,

apesar da relativa estagnação da renda per capita nacional, houve um crescimento substancial da renda per capita dos mais pobres, com uma taxa anual de 8% para os 10% mais pobres e de 5,9% para os 20% mais pobres, apesar de a renda per capita brasileira ter crescido apenas 0,9% ao ano no mesmo período. Portanto, no quadriênio, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa quase 9 vezes maior que a média nacional, enquanto a renda dos 20% mais pobres cresceu a uma taxa quase 7 vezes maior havendo redução no grau de desigualdade (Barros et al., 2007, p. 8).

Segundo os autores citados, no quadriênio, a renda dos 50% mais ricos cresceu apenas 0,4% ao ano. Assim, o coeficiente de Gini declinou 4,6%, devendo, pois, passar para 5,72. Dessa forma, a porcentagem de pobres, segundo os autores passou de 38,6% em 2001 para 34,1% em 2005 e a porcentagem dos extremamente pobres passou de 17,4% para 13,2%, com redução respectivamente de 4,5% e 4,2%. Apesar dessa inflexão da pobreza, a desigualdade persiste. A inflexão pode ser explicada pelo aumento significativo do salário mínimo e a distribuição do Bolsa Família, cujo público são os mais pobres. Entre 2003 e 2005, segundo dados Governo Federal (Fome Zero, outubro de 2005) o Bolsa Família, entre 2003 e julho de 2005, transferiu R\$13 bilhões para 8 milhões de famílias, tendo atingido em 2006 11,1 milhões de famílias.

No entanto, o 1% mais rico ainda detém a mesma proporção de renda que a dos 50% mais pobres (13%). Em 2004, os 10% mais ricos eram 7,39% da população ocupada e recebiam rendimentos médios de 12,51 salários mínimos, enquanto que os 40% mais pobres representavam 29,55% dos ocupados e seu rendimento médio era de 0,77 salário mínimo, (IBGE, 2006), o que representa uma distância de 16,2 vezes.

Nesse mesmo período, a presença da pobreza se manteve nas regiões metropolitanas, com crescente desemprego (exceto em São Paulo, conforme Dieese 2006), caracterizando o fenômeno denominado de “metropolização

da pobreza”, que se expressa por uma exclusão profunda de pobres e indigentes do mercado de trabalho e da escolarização. Assim, quanto mais pobre a família, menos acesso tem o jovem às condições de trabalho, de vida e de escolarização.

O Desafio do Trabalho

Na discussão desse problema, como já foi assinalado, somente 20% dos jovens somente estudam. A maioria busca trabalho e não consegue conciliar estudo e trabalho. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho são precárias, instáveis, com salários baixos no contexto do capitalismo globalizado que prioriza a produtividade competitiva em nível mundial.

A desigualdade social como estruturante da pobreza é fator determinante da entrada dos jovens no mercado de trabalho e faz com que seja uma questão de sobrevivência. Segundo o estudo do Dieese (2006), em Salvador, 69,4% dos jovens do primeiro quartil mais pobre somente trabalha, o que acontece com 78,9% dos jovens do Distrito Federal, 74,4% dos jovens de Belo Horizonte, 75,8% dos jovens de Porto Alegre, 70% dos jovens de Recife e 76,5% dos jovens de São Paulo. No quartil superior as taxas de jovens que somente trabalham são também expressivas, mas inferiores àquelas dos mais pobres: 56,8% em Belo Horizonte, 46,8% no Distrito Federal, 54,5% em Porto Alegre, 62,5% em Recife, 50,3% em Salvador e de 59,2% em São Paulo.

É interessante notar que maior proporção dos jovens ocupados possui ensino médio, o que mostra a importância da escolarização para se conseguir emprego, chegando a 43,7% em Belo Horizonte e 47,9% em São Paulo. Somente em Recife e Salvador há uma proporção significativa (27,8% e 21,9% respectivamente) de jovens ocupados, somente com o ensino fundamental. Nas demais regiões essa proporção fica em 17% ou menos.

A grande maioria dos empregos para os jovens está concentrada nos serviços em média de 52,1% nas seis regiões. Constata o Dieese (2006, p.11) que “à medida que aumenta o rendimento da família, cresce também a proporção de jovens empregados nesse setor”. Continua o Dieese; “jornadas de trabalho mais flexíveis no setor de serviços permitem aos jovens de famílias mais ricas conciliar estudo e trabalho”.

Na Tabela 2, com tratamento especial dos dados da PNAD de 2003, pode-se verificar que os jovens trocam de trabalho muito mais frequentemente que o total de trabalhadores. Seu trabalho tem duração média menor que o dos adultos. São pessoas que representam uma porcentagem maior que busca trabalho, mas que também pedem demissões com mais frequência.

Tabela 2 – Indicadores de estabilidade no trabalho para trabalhadores jovens e para o total de trabalhadores, 2003.

Indicadores	Entre trabalhadores jovens (15-24 anos)	Entre o total de trabalhadores (15 anos e mais)
Porcentagem de trabalhadores que trocam de trabalho ao menos uma vez no último ano	16,8	10,6
Duração média do trabalho atual (em anos)	2,45	7,7
Porcentagem daqueles que trabalham e buscaram trabalho no último mês	22,1	14,3
Porcentagem de separações que resultaram em pedidos de demissões	20,4	14,4

Fonte: Estimativas com base na PNAD (2003) – Apud Rezende; Tafner, 2005.

Dados de 2005 do Dieese (2006) para as regiões metropolitanas indicam que grande maioria das ocupações (entre 69,8% em Recife e 86% em Porto Alegre) é de trabalho assalariado, com maior proporção no setor privado. Apenas no Distrito Federal há 10,2% de ocupados no setor público, o que baixa para 3,5% em São Paulo. Dentre os que trabalham como assalariados no setor privado, os trabalhadores com carteira assinada não ultrapassam 58,4% em Porto Alegre, sendo de apenas 36,9% em Recife e 39,8% em Salvador. São Paulo tem 49,3% dos jovens assalariados com carteira assinada, próximo do Distrito Federal com 49% e de Belo Horizonte com 53%.

Os trabalhadores autônomos jovens correspondem a 7,7% em Porto Alegre e a aproximadamente 18% em Salvador e Recife, onde se constata menos assalariados. A menor inserção de trabalhadores domésticos está em Porto Alegre (3,0%) e em São Paulo (5,3%). Nas outras regiões a ocupação em trabalho doméstico varia entre 7,1% e 7,4%.

A remuneração dos jovens é também mais baixa que a do conjunto dos trabalhadores. Em 2003, 53,8% dos jovens recebiam remuneração de até um salário mínimo, sendo que na faixa de 15 anos 90% dos trabalhadores recebiam esse salário, porcentagem que se reduz a 38% aos 24 anos. Em 2006 (IBGE, 2007) a situação era um pouco pior: 25,5% ganhavam até meio salário mínimo e 29,9% ganhavam de meio a um salário mínimo, configurando 55,4%.

Dados do Dieese (2006) mostram que a diferença de remuneração é acentuada entre os jovens ocupados nas diferentes regiões. Em Recife o rendimento mensal médio, em 2005, foi de R\$318,00 e no Distrito Federal atingiu R\$573,00. Nota-se diferença de 80,2% entre essas duas cidades. Em Salvador foi de R\$378,00. Em Belo Horizonte foi de R\$426,00, em Porto Alegre de R\$523,00 e em São Paulo foi de R\$560,00.

Segundo o Dieese (2006), quanto mais elevado o total dos rendimentos familiares mais elevada é a renda dos jovens ocupados. Por exemplo, no Dis-

trito Federal a renda de um jovem ocupado no primeiro quartil de renda era de R\$ 296,00, enquanto que no quinto quartil era de R\$ 927,00. Em São Paulo os valores eram respectivamente de R\$ 281,00 e R\$ 765,00; em Porto Alegre eram de R\$ 31,00 e R\$ 684,00; em Recife eram de R\$ 128,00 e R\$487,00. Os dados mostram a desigualdade regional de rendimentos associada à desigualdade social. As famílias com maior renda situam-se em classes sociais que possibilitam maior escolaridade e melhores condições de disputa das melhores ocupações.

Dados da PNAD 2003 mostram que, em média 52,9% dos jovens têm renda pessoal igual a zero. Essa proporção é de 80,8% aos 15 anos, de 45,8% aos 20 anos e de 31,5% aos 24 anos.

É importante salientar que existem profundas diferenças entre o trabalho dos jovens na agricultura e fora da agricultura. Oitenta por cento dos jovens brasileiros trabalham em setores não agrícolas.

A maioria relativa dos jovens (41,8%) com trabalho agrícola exerce sua atividade sob a forma de trabalho familiar não remunerado, enquanto que os jovens que trabalham em atividades não agrícolas se encontram no setor privado (52,8%). Destes somente 38,1% têm carteira assinada.

Nas Tabelas 3 e 4, com dados da PNAD 2003, cujos micro-dados foram tabulados por Rezende e Tafner (2005), evidencia-se a diferença entre o trabalho de jovens trabalhadores não agrícolas dos trabalhadores agrícolas de 15 a 24 anos. Há diferença de relação de trabalho, visto que os trabalhadores não agrícolas se inscrevem muito mais como empregados que no trabalho familiar. A remuneração do trabalho agrícola é inferior à dos trabalhadores não agrícolas, e o trabalho para o autoconsumo ocupa 13,3% dos jovens agrícolas sendo apenas 0,2% dos jovens não agrícolas.

**Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores jovens de 15-24 anos
Trabalhadores não agrícolas – dados selecionados**

Indicadores	Sem Carteira assinada	Com carteira assinada	Setor público	Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores para autoconsumo
15 a 24 anos em %	38,1	27,9	7,6	10,0	10,3	0,9	5,0	0,2
Remuneração média dos jovens em R\$	454	275	428	169	347	1132	0	0
Remuneração média de todos trabalhadores Em R\$	731	419	974	231	623	2816	0	0

Fonte: PNAD 2003, apud Rezende; Tafner, 2005.

A precariedade do trabalho temporário atinge muito mais os jovens agrícolas que os não agrícolas. Na Tabela 4 apresentamos dados selecionados dos trabalhadores agrícolas.

Tabela 4 – Distribuição dos trabalhadores jovens em atividades agrícolas conforme a ocupação

Indicadores	Empregados permanentes	Empregados temporários	Conta própria	Empregados	Trabalho familiar não remunerado	Trabalhadores não remunerados	Trabalho para auto-consumo
Participação dos trabalhadores no segmento em %	15,3	21,1	8,0	0,3	41,8	0,29	13,3
Remuneração média dos jovens em R\$	276	185	179	620	0	0	0
Remuneração média de todos trabalhadores em R\$	320	201	312	1962	0	0	0

Fonte: PNAD 2003 , apud Rezende; Tafner, 2005.

A questão da utilização do tempo entre estudo e trabalho dos jovens brasileiros varia também de acordo com a existência de escolaridade dos chefes de família. Quanto maior a escolaridade dos chefes de família também é maior a porcentagem dos jovens que freqüentam a escola, ou seja a escolaridade dos pais influi significativamente na escolaridade dos filhos. Os dados de 2003 abrangem jovens de 15 a 24 anos, tendo em vista que a idade de 16 anos para limite de contrato de trabalho só foi contemplada posteriormente¹. Assim, na Tabela 5, que detalha os micro-dados de 2003, evidencia-se que 61,2% dos jovens de famílias cujos chefes de domicílio têm 12 anos ou mais de estudo somente estudam, por oposição a 26,2% entre os jovens cujos chefes de domicílio não tem nenhum ano de estudo.

Tabela 5 – Utilização do tempo dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 24 anos, 2003.

Indicadores	Entre o total de jovens	Entre jovens em que os chefes de domicílio têm 0 anos de estudo	Entre jovens em que os chefes de domicílio têm 4 anos de estudo	Entre jovens em que os chefes de domicílio têm 8 anos de estudo	Entre jovens em que os chefes de domicílio têm 12 ou mais anos de estudo
Porcentagem de jovens que freqüentam a escola e trabalham	18,7	23,2	19,7	21,2	21,7
Porcentagem de jovens que freqüentam a escola e não trabalham	30,3	26,2	31,5	39,4	61,2
Porcentagem de jovens que não freqüentam a escola mas trabalham	32,1	33,5	32,8	25,0	11,0
Porcentagem de jovens que não freqüentam a escola e nem trabalham	18,9	17,1	16,0	14,4	6,21

Fonte: Estimativas com base na PNAD (2003), apud Rezende; Tafner, 2005.

A Percepção dos Jovens sobre Trabalho e Escola

Os dados seguintes são provenientes de uma amostragem feita pelo Instituto de Cidadania (Abramo; Branco, 2005) e confirmam os dados do Dieese e do IBGE acima apresentados a partir de uma amostragem entre jovens. Referem-se a uma pesquisa nacional com uma amostra de 3.501 jovens, realizada entre 2003 e 2004.

Na pesquisa citada constata-se que 35% dos jovens têm uma relação trabalhista formal e 63% informal. Os dados da PNAD mostram que 38,1% tinham carteira assinada em 2003. O desemprego juvenil vem sendo constante e é confirmado pelos jovens, embora possa diminuir em períodos de maior crescimento econômico.

A pesquisa também constatou que a incidência pobreza entre os que tinham 15 anos era de 44% e entre os de 24 anos era de 28%. Essa situação vincula-se às condições da família. 37,5% dos jovens estão na faixa da pobreza (33,7% entre adultos) e 15,5% na situação de indigentes (14,2% entre adultos). 14,2% de domicílios onde residem de jovens não têm geladeira nem televisão, 51,1% desses domicílios não têm telefone fixo, o que dificulta o acesso à internet e à informação.

Na pesquisa citada, realizada pela Fundação Perseu Abramo (Abramo; Branco, 2005) os jovens consideram que: é bom ser jovem, mas, a melhor coisa, no imaginário, é não ter preocupações/responsabilidades (45%) e ter

liberdade (22%), o que reflete a relação já assinalada entre a expectativa do que pretende ser e o processo da responsabilidade com liberdade. Das piores coisas em ser jovem 27% consideram a falta de liberdade, 23% conviver com riscos, 20% falta de trabalho/renda, 17% drogas 15% controle familiar, 9% violência e 9% a imaturidade/irresponsabilidade.

Do ponto de vista da percepção dos jovens, a escola é muito relevante. Os jovens na pesquisa do Instituto Cidadania (Abramo; Branco, 2005) vêem a escola como muito importante (76%) para o futuro profissional. Um terço dos jovens, no entanto, passa pela escola sem sucesso na aprendizagem. 33% consideram que ler e escrever são atividades difíceis. 10% sabem escrever apenas o nome e 8% não sabem ler ou escrever. Esses indicadores revelam a baixa qualidade da escola.

Como é salientado pelos jovens, a escola está preparando mal essa população para a vida social e profissional. Torna-se muito difícil superar, ainda que parcialmente, as barreiras de origem familiar no contexto, já analisado, do capitalismo globalizado, predador de empregos. Dados de pesquisa com jovens de 15 a 19 anos do UNICEF/Fundação Ayrton Senna, divulgada em 30/11/07 pelo jornal Estado de São Paulo (ESP, 30/11/07, p. 12) mostram que a grande maioria dos jovens acredita que a educação seja um dos principais fatores para ter sucesso.

No contexto de incerteza e precarização do trabalho, aumenta a incerteza sobre a trajetória futura de vida coletiva e individual. Em outra pesquisa sobre a juventude brasileira (IBASE, 2005) constata-se que 82% dos jovens entrevistados concordam com a afirmação: “quando pensam no futuro têm mais dúvidas do que certezas”. Mais da metade, 52%, vêem mais riscos que possibilidades, e 55% concordam que para se sair bem é melhor se arriscar do que ser cuidadoso. Assim, há uma crença de que o esforço já não vale tanto, pois 42% concordam que “não adianta fazer projetos” porque o que acontece “depende mais de sorte do que de esforço” (Abramo; Branco, 2005, p. 384), ou também de condições inerentes às trajetórias socioindividuais, de relação entre a história social e a trajetória individual².

Com as mudanças no mercado de trabalho, principalmente com o desemprego estrutural há uma tendência dos jovens permanecerem mais tempo morando com a família. Assim, segundo Abramo (2005), 78% dos jovens são solteiros, 48% moram com os pais, notando-se que 56% são homens e 41% mulheres; 15% moram exclusivamente com a mãe ou a madrasta e 2% só com o pai; 15% convivem com adulto mais velho e apenas 1% mora sozinho, na mesma proporção de homens e mulheres. Há diferentes arranjos familiares: 19% convivem com filhos, sendo 9% de homens e 29% de mulheres. Destas 9% não possuem cônjuge. Há um grupo que vive com o cônjuge sem pais e sogros (11%) e outro grupo que vive com cônjuge, pais e sogros (3%).

Os arranjos familiares dos jovens mostram que a família tem importância capital para a sua sobrevivência. Apenas 6% dos jovens se declararam chefes da família com 2% de mulheres.

A pesquisa IBASE assinala a dificuldade de acesso e permanência na escola, constatando que 53% dos entrevistados não estavam estudando. Os jovens também acentuaram a necessidade de ampliação da oferta de mercado de trabalho pois 60,7% não estavam trabalhando. A formação extra-escolar é uma estratégia utilizada pelos jovens, pois 66,5% afirmaram ter participado de algum curso extra-escolar.

Dentre os temas que preocupam os jovens a violência apareceu em primeiro lugar nas cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador e em segundo lugar em Belém, Distrito Federal e São Paulo. O desemprego foi o primeiro tema em três capitais e o segundo tema mais relevante na maioria das capitais pesquisadas. A educação, no entanto, é o terceiro tema em importância.

Considerações Finais

Em síntese, a contradição entre aumento da produtividade e inserção no trabalho, própria do sistema capitalista se manifesta de forma especial e contundente na situação particular da juventude brasileira. De fato, a expansão e a inserção no emprego não correspondem à realidade da pressão e da demanda qualificada para o mercado de trabalho. A escola, por sua vez, não serve de alternativa à falta de emprego e nem à inserção no emprego. A inserção no mercado informal se apresenta como uma saída, de forma provisória (e que se faz definitiva muitas vezes), tendo em vista que aproximadamente 50% dos trabalhadores brasileiros não têm carteira assinada, o que está relacionado à reestruturação capitalista na lógica da produtividade, da terceirização.

Por outro lado, do ponto de vista da ação política a relação escola/trabalho dos jovens passa a fazer parte da Agenda Pública, tanto no Brasil como na América Latina, sendo um dos temas centrais da I Conferência da Juventude em 2008. É necessário também que o orçamento seja garantido prioritariamente para as políticas sociais e não para pagamento de juros.

Apesar da ação política, a questão do trabalho e da escolaridade dos jovens está condicionada pela questão social da desigualdade e da exclusão social. O dilema entre trabalhar e estudar se transforma num drama para muitos jovens que não têm oportunidade de trabalho, nem de estudo, o que exige das políticas públicas um investimento muito significativo tanto em uma como em outra dimensão, num processo dialético de articulação de escola e trabalho. Ambas as questões são cruciais: a da escolaridade e a do trabalho dos jovens, mas pelo lado da educação, no entanto, coloca-se a necessidade de expansão do ensino médio³. Essa articulação é mais complexa para os mais pobres, pois são os que enfrentam as maiores dificuldades para o acesso à escola, pois precisam superar as barreiras da pobreza, da informação, da falta de condições de acesso à escola e ao trabalho decente e também às barreiras da

violência estrutural da competitividade do capitalismo mundializado e do crime organizado.

Apesar dos jovens manifestarem confiança na família e na escola, é necessário, na democracia, implementar o estado de direito, com priorização dos mais pobres enquanto cidadãos, inseridos em direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, estabelece um sistema de garantias e de proteção social. Em seu artigo art. 3º, reza:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual em condições de liberdade e dignidade.

Por sua vez a LDB, no mesmo sentido, assinala em seu Art.2º: “a educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua Qualificação para o trabalho”. A educação, tanto no Estatuto como na LDB é dever do Estado, com igualdade de condições de acesso e permanência (art. 3º). Esse direito de acesso ao ensino fundamental, conforme o art. 5º da LDB, é um direito público subjetivo, cujo credor é a criança e o adolescente e o devedor o Estado. O mercado, por sua vez, deve ser regulado pelo Estado, num processo interativo, pois à lógica do lucro deve ser contraposta a lógica da cidadania.

Notas

1. A proibição do trabalho aos menores de 16 anos foi determinada pela Emenda Constitucional 20 de 1998.
2. O principal motivo por que 21,2% das jovens deixam de estudar é a gravidez, conforme aponta o Documento preparatório da I Conferência da Juventude, disponível em <<http://www.juventude.gov.br>>, acessado em 02/12/2007.
3. Existem apenas 172 escolas técnicas em funcionamento com 300 mil vagas, conforme dados do INEP.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

- BAQUERO, Marcello. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- BARROS, R. et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Brasília: Ipea, 2007.
- BECK, Ulrich. **Un Nuevo mundo feliz**. Barcelona: Paidós, 2000.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. **Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise**, n. 11, p. 194-197. Agosto de 2005.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. La “jeunesse” n’est q’un mot. In: BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1998/2002, p. 143-155.
- CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.
- DE TONI, M. Crise do trabalho. In: CATTANI, A; HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- DIEESE. **A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos**. Estudos e pesquisas- Ano 3 - N. 24, 2006. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado em 03 de dezembro de 2007.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital resurgent**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas**. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- IBASE/PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE/PÓLIS, 2005.
- IBGE. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IBGE. Queda no coeficiente de Gini. Nota do IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 09 de outubro de 2008.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais - 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais - 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- IPEA. **Radar Social - 2005**. Brasília: Ipea, 2005.
- NOVAES, Regina et al. **Política Nacional da Juventude**. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude – Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br>>. Acessado em 27 de novembro de 2007.
- OIT. **Trabajo decente y juventud- América Latina**. Lima: Oficina Internacional del Trabajo, 2007, disponible em <<http://www.oit.br>>. Acessado em 29 de novembro de 2007.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Orgs.). **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, Isa. (Entrevista). Disponível em www.risolidaria.org.br/vivalei/biblioteca/view_livro.jsp?Iv=200711070004 acessado em 23/11/2007.
- REZENDE, Fernando e TAFNER, Paulo. (Org.). **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez 2004.

UNICEF. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras.** Brasília: UNICEF, 2004.

Vicente de Paula Faleiros é Doutor em sociologia, pesquisador, professor da Universidade Católica de Brasília, autor e consultor em políticas sociais.
E-mail: vicentefaleiros@terra.com.br